



265  
a

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

**1ª Câmara de Direito Público**

**Embargos de Declaração no Agravo da Apelação nº 0242989-0 (NPU nº 0000591-48.2010.8.17.1590)**

**Embargante:** Município de Vitória de Santo Antão e outro

**Embargado:** Edivânia Neri de Oliveira

**Relator:** Des. Erik de Sousa Dantas Simões

**EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ACÓRDÃO. AÇÃO DE COBRANÇA. LEGITIMIDADE PASSIVA DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO. SOLIDARIEDADE. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. FÉRIAS, 13º SALÁRIO E SALÁRIO. DIREITOS GARANTIDOS CONSTITUCIONALMENTE, INDEPENDENTEMENTE DO REGIME JURÍDICO. ART. 7º, VIII E XVII, C/C O ART. 37, IX, E O ART. 39, §3º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. REDISSCUSSÃO DA MATÉRIA. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO NA DECISÃO EMBARGADA. OS EMBARGOS DECLARATÓRIOS NÃO SÃO MEIO HÁBIL PARA REEXAME DA MATÉRIA, RESTRINGINDO-SE ÀS HIPÓTESES ELENCADAS NO ART. 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. PREQUESTIONAMENTO. NÃO CABIMENTO. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS. DECISÃO UNÂNIME.**

1. A embargada, então contratada pela Administração, deveria, somente, contribuir perante o INSS, nos termos do art. 40, §13º da Constituição da República, já que o regime próprio de previdência social VITÓRIAPREV destina-se a segurar apenas os servidores efetivos.
2. A municipalidade, contudo, mesmo diante de tal previsão constitucional, executou os referidos descontos, destinando-os à autarquia. Por isso, tem-se que a ora embargante deve responder solidariamente.
3. Não há nenhum dos vícios que ensejam a interposição de Embargos. Em verdade, nota-se que o embargante está pretendendo apenas rediscutir a questão, o que não se admite em sede de Embargos Declaratórios.
4. A questão em tela foi devidamente enfrentada e os fundamentos utilizados na decisão são suficientes para dar suporte e motivação ao entendimento firmado.
5. Não há qualquer omissão, obscuridade ou contradição no acórdão embargado, não servindo, os aclaratórios, como meio hábil para rediscussão de matéria.



266  
R

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

---

6. O julgador não está adstrito a analisar todos os argumentos levantados pelo embargante, quando já encontrou motivo suficiente para fundamentar a decisão. Precedentes do STJ.
7. Não se viabiliza por meio de Embargos de Declaração o pré-questionamento explícito de dispositivos constitucionais e infraconstitucionais para a abertura da via extraordinária e especial, sob o risco de incorrer em usurpação de competência.
8. Embargos de Declaração rejeitados.
9. Decisão Unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos dos Embargos de Declaração no Agravo da Apelação nº 0242989-0 (NPU nº 0000591-48.2010.8.17.1590), em que figura como partes as acima indicadas, acordam os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade de votos, em conhecer e rejeitar os Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator, estando tudo de acordo com as notas Taquigráficas, votos e demais peças que passam a integrar este julgado.

Recife, 24 de 09 de 2013.

  
Des. Erik de Sousa Dantas Simões  
Relator



267  
R

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

**1ª Câmara de Direito Público**

**Embargos de Declaração no Agravo da Apelação nº 0242989-0 (NPU nº 0000591-48.2010.8.17.1590)**

**Embargante:** Município de Vitória de Santo Antão e outro

**Embargado:** Edivânia Neri de Oliveira

**Relator:** Des. Erik de Sousa Dantas Simões

**RELATÓRIO**

Trata-se de Embargos de Declaração opostos em face de acórdão que deu provimento parcial ao Recurso de Agravo, apenas para fixar os juros moratórios no percentual de 0,5% (meio por cento) ao mês, a partir do trânsito em julgado, e manteve os demais termos da decisão terminativa, que deu provimento parcial ao apelo do Município de Vitória de Santo Antão, tão somente para admitir a solidariedade passiva entre o Município de Vitória de Santo Antão e VitóriaPrev, mantendo a sentença em seus demais termos.

A sentença julgou parcialmente procedente os pedidos presentes na inicial, condenando a municipalidade ao pagamento das férias integrais referentes ao período de 03/03/2005 a 03/03/2009 e férias proporcionais de 10/12 avos referentes ao período de 04/03/2009 até 21/12/2009, com o acréscimo de 1/3 constitucional, do décimo terceiro salário integral dos anos de 2008 e 2009.

Condenou, ainda, o Município a restituir os valores descontados em folha de pagamento, a título de VitóriaPrev, e ao pagamento dos honorários advocatícios fixados em 5% (cinco por cento) sobre o valor da condenação.

Sustenta o embargante que a decisão fustigada não acolheu a preliminar de ilegitimidade, o que deveria ter ocorrido, bem como que foi omissa, pois deixou de se pronunciar a respeito do disposto no art. 3º da Lei nº 5.869/73.

Além disso, aduz que os presentes embargos tem o fito de provocar o pré-questionamento de tal artigo e pugna, ao final, pelo acolhimento deste Recurso, para sanar a omissão existente no julgado recorrido.

É o relatório.

Recife, 24 de 09 de 2013.

**Des. Erik de Sousa Dantas Simões**  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

268  
W

**1ª Câmara de Direito Público**

**Embargos de Declaração no Agravo da Apelação nº 0242989-0 (NPU nº 0000591-48.2010.8.17.1590)**

**Embargante:** Município de Vitória de Santo Antão e outro

**Embargado:** Edivânia Neri de Oliveira

**Relator:** Des. Erik de Sousa Dantas Simões

**VOTO**

Nada há a ser declarado ou aclarado, em relação ao acórdão embargado. Com efeito, o Agravo foi desprovido por esta Câmara de Direito Público, à unanimidade de Votos, restando o acórdão lavrado nos seguintes termos:

**EMENTA:** AGRADO LEGAL. DESCONTOS PREVIDENCIÁRIOS INDEVIDOS. SOLIDARIEDADE PASSIVA ENTRE O MUNICÍPIO E A AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA. FÉRIAS, DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO E ESTABILIDADE PROVISÓRIA DA GESTANTE. DIREITOS GARANTIDOS CONSTITUCIONALMENTE. JUROS DE MORA. A PARTIR DO TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA. SÚMULA Nº 188 STJ. RECURSO DE AGRADO PARCIALMENTE PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. A solidariedade passiva entre o município e a autarquia previdenciária se mostra cabível na hipótese, porquanto o município foi o responsável pelo lançamento do desconto previdenciário, enquanto que a entidade previdenciária foi a destinatária das respectivas contribuições previdenciárias. 2. São garantidos aos trabalhadores admitidos por contrato temporário as férias, o 13º salário e a estabilidade provisória da gestante mesmo nos casos da legislação de regência não conter tal previsão; uma vez que, constituem prerrogativas essenciais a qualquer trabalhador de acordo com o ordenamento constitucional. 3. Os juros moratórios incidentes sobre a restituição dos valores descontados a título de contribuição previdenciária devem ser aplicados a partir do trânsito em julgado da sentença condenatória (Súmula nº 188 do STJ). 4. Agravo parcialmente provido. 4. Decisão unânime.

Como se verifica, inexistente contradição, obscuridade, erro material ou omissão na decisão. Ao contrário, o acórdão esgotou a matéria, havendo o devido enfrentamento de todos os pontos, inclusive legais, sobre os quais o embargante está a buscar esclarecimento.

O julgado explica o porquê, nesse caso, o Município é parte legítima e responde solidariamente.

A embargada, então contratada pela Administração, deveria, somente, contribuir perante o INSS, nos termos do art. 40, §13º da Constituição da República, já que o regime próprio de previdência social VITÓRIAPREV destina-se a segurar apenas os servidores efetivos.



269  
NK

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

A municipalidade, contudo, mesmo diante de tal previsão constitucional, executou os referidos descontos, destinando-os à autarquia. Por isso, entendeu-se que a ora embargante deveria responder solidariamente.

Com efeito, decisão judicial não é resposta a questionário, tampouco à consulta. Não há lógica e é antieconômico se exigir que sejam abordados todos e quaisquer argumentos ou normas legais, com que litigam as partes no transcorrer do feito, se o órgão julgador já encontrou a motivação necessária para alicerçar o *decisum*.

Uma vez fundamentada a decisão tomada em certo sentido, lógica e automaticamente consideram-se afastadas teses, normas ou argumentos lançados em sentidos diversos.

Ao julgador, portanto, compete fundamentar sua decisão, dizendo porque decidiu de determinada forma e não justificar porque não decidiu de outra.

Registre-se, ainda, que a interpretação do julgado é ônus da condição de parte.

Assim, não é possível, na via estreita dos embargos de declaração, revisar-se a decisão embargada. Igualmente, não é cabível a sua modificação, com alteração de sua substância ou sentido, exceto em situações excepcionalíssimas, o que não se verifica no caso.

Nesse sentido:

**STJ: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. LEI N. 11.907/09. GAE. INCORPORAÇÃO AO VENCIMENTO BÁSICO. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE. 1. Revelam-se improcedentes os embargos declaratórios em que as questões levantadas não configuram as hipóteses de cabimento do recurso - omissão, contradição ou obscuridade -, delineadas no art. 535 do CPC. 2. A rediscussão, via embargos de declaração, de questões de mérito já resolvidas configura pedido de alteração do resultado do *decisum*, traduzindo mero inconformismo com o teor da decisão embargada. Nesses casos, a jurisprudência desta Corte Superior é pacífica no sentido de que os embargos não merecem prosperar. 3. Embargos de declaração rejeitados. EDcl no REsp 1343065 / PR. Relator: Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES. DJe 02/04/2013.**

**TJPE: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. RECURSO IMPROVIDO. 1. Os embargos de declaração não são cabíveis para a simples rediscussão da matéria. 2. As questões suscitadas foram devidamente enfrentadas no aresto embargado, não servindo a sede aclaratória ao reexame meritório do que já foi decidido. 3. Embargos de declaração à unanimidade improvidos, não considerando vulnerados os dispostos explicitados. ED 276467-4/02. Relator: Ricardo de Oliveira Paes Barreto, Data de Julgamento: 04/10/2012.**

*CAIR*



*Handwritten signature/initials*

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

No que tange ao pedido de prequestionamento a respeito do art. 3º da Lei nº 5.869/73, cabe esclarecer que, ante a inocorrência de qualquer vício que enseje a interposição de Embargos Declaratórios, mesmo havendo o requerimento de prequestionamento explícito da matéria, os embargos não merecem ser acolhidos, sob pena de contrariar o disposto no art. 535 do Código de Processo Civil.

Nesse sentido é o entendimento deste Egrégio Tribunal de Justiça, acerca da matéria, conforme se infere da transcrição abaixo:

*“EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. EMBARGOS CONHECIDOS E REJEITADOS. 1. Haja vista que não se encontra refletida a alegada omissão no acórdão embargado, não devem ser acolhidos os embargos declaratórios opostos, mesmo que para fins de prequestionamento. 2. Embargos conhecidos e rejeitados. 3. unânime.”  
Decisão  
(TJPE - Embargos de Declaração nº 45721-6/01. Rel. Fernando Cerqueira. 7ª Câmara Cível - 21/11/2006)*

*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL. RECLAMAÇÃO. PROCESSO CIVIL. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE. PREQUESTIONAMENTO DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. INADMISSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS.*

*1. Não sendo possível identificar no acórdão embargado vício algum ensejador dos aclaratórios (omissão, contradição ou obscuridade), a rejeição dos embargos é solução que se impõe. 2. O órgão julgador não está obrigado a se pronunciar acerca de todo e qualquer ponto suscitado pelas partes, mas apenas sobre aqueles considerados suficientes para fundamentar a decisão. 3. A via dos embargos declaratórios não se presta para a rediscussão dos fundamentos da decisão embargada. 4. "Não se prestam os embargos de declaração ao prequestionamento de matéria constitucional, para fins de eventual recurso extraordinário ao STF" (STJ - EDcl no RMS 18.240/RS, Rel. Min. TEORI ALBINO ZAVASCKI, DJ 31.08.2006).*

*5. Embargos de declaração rejeitados.  
(STJ - EDcl no AgRg na Rcl 2792 / DF EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NA RECLAMAÇÃO 2008/0077449-0; Relator Ministro VASCO DELLA GIUSTINA (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RS) (8155); S2 - SEGUNDA SEÇÃO; Julgado em 09/12/2009; DJe 18/12/2009).*

Desta feita, não evidenciadas as hipóteses do artigo 535 do Código de Processo Civil, não há como se acolher os embargos de declaração, pois, mesmo os chamados embargos de declaração, para fins de prequestionamento, encontram seus limites na norma do aludido dispositivo legal.

*Handwritten signature/initials*



27/12

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

---

Por tais razões, voto no sentido de rejeitar os embargos declaratórios.

É como voto.

Recife, 24 de 09 de 2013.

  
**Des. Erik de Sousa Dantas Simões**  
Relator